

TEMATIZAÇÃO DE FOTOGRAFIAS COMO DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS

Ana Beatriz Teles Santana¹
Graziela Martins de Medeiros²

RESUMO: O artigo objetiva examinar a possibilidade de se tematizar fotografias consideradas documentos de arquivo. Afirma a problemática da interpretação visual de documentos fotográficos, em virtude da subjetividade da análise. Associa a problemática à indexação de fotografias em seu sentido amplo. Constitui pesquisa descritiva quanto aos objetivos e metodologia de pesquisa bibliográfica. Identifica, como objetivo específico, a fotografia como documento arquivístico conforme a intencionalidade de produção do registro fotográfico e seu potencial valor de prova e informativo. Descreve, como objetivo específico, aspectos da tematização, entendendo o procedimento como um resultado da análise da fotografia que direciona os discursos formados a partir de seus sentidos conotativos concretos e abstratos. Apresenta outros aspectos além da tematização em si, que são a composição, o contexto arquivístico, o conteúdo (sentido denotativo da foto) e seus sentidos conotativos. Reflete sobre a possibilidade de tematização de fotografias consideradas documentos de arquivo, apesar do uso concebido para fotografias pertencentes a bancos de imagens. Liga o procedimento de tematização à indexação de fotografias, cita metodologias para indexação (por conteúdo, por conceitos e de assuntos) e entende a indexação de assuntos como pertinente à fotografia tematizada. Lista os procedimentos para indexação de assuntos propostos pela Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Compara os procedimentos com os aspectos da tematização e identifica pontos de convergência entre eles. Conclui-se, a partir da comparação, que a tematização de fotografias como documentos arquivísticos depende dos demais aspectos para evidenciar o contexto arquivístico, e que é pertinente a realização da tematização multinível.

Palavras-chave: Fotografia. Tematização. Tematização de fotografias. Indexação de fotografias. Descrição arquivística. Arquivologia.

ABSTRACT: The article examines the viability of thematizing photographic images as archival documents. It affirms the issue about photographic archival documents, due to the subjectivity of the analysis. It associates the issue about indexing photographs in its broadest sense. It's a descriptive research regarding the objectives and methodology of bibliographic research. It identifies, as a specific objective, photography as a sort of archival documentary according to the intention of producing the photographic record and its potential value of evidence and information. It describes, as a specific objective, aspects of thematization, understanding the procedure as a result of the analysis of photography that directs the discourses that it can form from its concrete and abstract connotative meanings. It presents other aspects besides the thematization itself, which are the composition, the archival context, the content (photo's denotative meaning) and its connotative meanings. It reflects on the viability of archival photo's thematizing, though the thematization procedure is associated picture's stocking websites. It links thematization to photographs indexing, cites methodologies for indexing (by content, concepts and by subjects) and understands subject indexing as pertinent to thematic photography. Lists the procedures for indexing subjects proposed by the standart Norma Brasileira de Descrição Arquivística. It compares the

¹ Graduanda do curso de Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: anabeatriz.teles2106@gmail.com

² Orientadora e professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: graziela.m@ufsc.br

procedures to the thematization aspects and identifies convergence between them. It is concluded, from the comparison, that the archival photo's thematization depends on the other aspects to evidence archival context and also the multilevel thematization's relevance.

Keywords: Photograph. Thematization. Photograph thematization. Photograph indexing. Archival description. Archival sciences.

1 INTRODUÇÃO

A manifestação de crenças, costumes, experiências e necessidades por meio do registro é inerente ao ser humano e, nesse sentido, o registro de imagens fotográficas é significativo para a sociedade. Em poucos segundos, a realidade pode ser captada por lentes e representada a partir da perspectiva do fotógrafo.

Fotografias costumam ser associadas à arte. Aqui, reafirma-se o papel da fotografia como documento. Machado et al (2019) apontam que fotos podem conter as mais diversas experiências, incluindo o processo de registro das funções institucionais, e também constituírem valor probatório. Felipe e Pinho (2017) relacionam as fotografias ao retrato visual dos horrores das guerras, desastres naturais, enfermidades, momentos especiais e novas descobertas.

A peculiaridade em torno da fotografia é sua verossimilhança, a capacidade de atestar acontecimentos com maior grau de fidelidade, mesmo sendo passível de manipulação. O conteúdo da fotografia, sem adulterações, é composto por códigos visuais que referenciam um contexto e época específicos, os quais sugerem interpretações diversas de uma realidade (NOGUEIRA; MARTINS, 2019).

O caráter probatório e de memória institucional que pode compor a fotografia justificam sua escolha neste artigo. Fotos podem ser tratadas e custodiadas por instituições arquivísticas. Portanto, o presente artigo debruça-se sobre fotografias como documento de arquivo, tanto impressas quanto digitais, e nos processos que possibilitam sua recuperação e acesso. Um processo com essa finalidade é a indexação. A discussão sobre indexação de fotografias não costuma incluir as especificidades do tratamento arquivístico em torno do documento fotográfico.

Indexar documentos convencionais já constitui um desafio, dada a carência de aporte teórico-metodológico na Arquivologia (BARROS, 2016). A indexação de fotografias, em seu sentido amplo, é uma tarefa complexa de acordo com Felipe e Pinho (2017), pois a subjetividade do indexador pode interferir na interpretação da imagem fotográfica. Dessa forma, além das lacunas quanto à indexação de documentos de arquivo, existe o desafio de

indexação de fotografias, especificamente na etapa de análise e interpretação deste documento.

Zanon e Sabbag (2017) levantam quatro metodologias relacionadas à indexação de fotografias presentes na literatura, dentre elas a denominada “tematização”. Este procedimento foi proposto por Rodrigues (2007; 2011) e se destaca no contexto deste artigo, afinal é voltado à interpretação da fotografia por meio dos elementos e sentidos nela contidos. Para Rodrigues (2007), indexar uma fotografia é diferente de tematizá-la, e essa tematização deve ser a base do conceito. Felipe (2016) complementa que a tematização é a capacidade de criar discursos a partir de fotos, e que é necessário compreender os sentidos visuais denotativos e conotativos expressos nas fotografias para tematizá-las.

Compreender a tematização como recurso interpretativo de fotografias contribui com o processo de indexação³ e para com o avanço da Arquivologia, já que a abordagem da tematização é recorrente em áreas que não se debruçam sobre especificidades arquivísticas. Fomentar a discussão sobre a análise interpretativa da fotografia elucidando-a como documento de arquivo enriquece a abordagem teórica da área, sobretudo no tratamento de indexação. Esses fatores justificam a escolha do procedimento de tematização proposto por Rodrigues (2007; 2011), que abrange níveis de análise denotativos e conotativos da imagem fotográfica.

A discussão da possibilidade de aplicação da tematização também enriquece a Arquivologia em seus fundamentos e funções arquivísticas, já que sugere a delimitação do que é ou não aplicável à área segundo suas prerrogativas. A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que contém uma área sobre indexação de assuntos, cita exemplos de fundos compostos por fotografias, porém não se aprofunda em métodos específicos voltados para a interpretação destes documentos.

Dessa forma, refletir sobre tematização e comparar o procedimento à área 8, de Pontos de acesso e indexação de assuntos, pode agregar conhecimentos à Arquivologia no cenário brasileiro e reforçar a necessidade de adaptação da Norma aos documentos não convencionais de arquivo. A partir desta comparação, é possível sugerir o uso ou adaptação da tematização à própria NOBRADE e levantar demais discussões neste sentido.

A tematização está amplamente relacionada à área da Ciência da Informação e às fotos do contexto de um banco de imagens. Contudo, fotografias na condição de documentos de

³ A indexação em seu sentido amplo diz respeito à indexação do conteúdo como um todo. A indexação por assuntos busca refletir, precisamente, o conteúdo ideográfico ou temático (RIBEIRO, 2011) e dialoga com a interpretação de fotografias, razão pela qual será enfatizada nas seções 4 e 5 deste trabalho.

arquivo também expressam discursos. A indexação de fotografias na condição de documento de arquivo pode demandar um recurso interpretativo visual, assim como fotografias de bancos de imagem, devido ao desafio decorrente da interpretação do documento fotográfico - especialmente o arquivístico, dadas as suas especificidades.

Dessa forma, indaga-se: é possível utilizar a tematização para representar fotografias como documento de arquivo? O objetivo geral deste artigo é examinar a possibilidade de se tematizar fotografias como documentos arquivísticos. Os objetivos específicos são: identificar a fotografia como documento arquivístico; descrever os aspectos referentes à tematização de fotografias; comparar os aspectos da tematização de fotografias à área de Pontos de acesso e indexação de assuntos da NOBRADE. A seção seguinte expõe os procedimentos metodológicos utilizados para resolução dos objetivos de pesquisa.

2 FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO

Fotografias podem resultar de um processo que permite registrar imagens por meio de reações químicas em superfícies preparadas para este efeito, pela ação da luz, conforme atestam Costa e Rodrigues (2020). No caso de fotografias digitais, o processo é diferente. Em referência ao registro, independentemente do suporte, Rodrigues (2007, p. 67) afirma:

No mundo da representação fotográfica, o referente é uma primeira realidade, e a imagem é uma segunda realidade. Esta última quase sempre sobrevive à primeira, pois, como documento, pode existir por muitos anos após o desaparecimento – morte ou destruição – de seu referente. A atividade.

O autor entende que o referente é o objeto real e preexistente ao registro da imagem fotográfica, enquanto a segunda realidade é o registro em si. O fotógrafo registra seu referente conforme sua visão e intencionalidade. A atividade de fotografar “Baseia-se em necessidade encomendada com determinado propósito cultural, científico, comercial, publicitário etc., ou simplesmente para um fim estético e/ou artístico” (RODRIGUES, 2007, p. 71).

Fotografias capturam ações e transmitem informações, o que suscita a possibilidade de constituírem documentos de arquivo da mesma maneira que todos os outros. De fato, a Resolução n.º 41 do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), de 9 de dezembro de 2014, resolve implementar política de gestão documental de documentos de todos os gêneros documentais, incluindo os iconográficos, aos órgãos e entidades do Sistema Nacional de Arquivos (CONARQ, 2014). A fotografia faz parte do gênero iconográfico.

Schweitzer, Silva e Bräscher (2020, p. 510) entendem a fotografia como um documento “[...] que se torna importante para a sociedade na medida em que comprova e

registra acontecimentos de um período contemporâneo ou não”. As autoras também pontuam que fotografias podem ser de cunho arquivístico e também artístico.

Nesse sentido, a literatura discute o caráter híbrido da fotografia na condição de arte e na condição de documento. Rodrigues e Crippa (2021, p. 21) relacionam as condições à finalidade para qual a fotografia foi criada:

Podem-se utilizar como metáfora os comentários de ROUILLÉ (2009) quanto à diferenciação de “vista” e “paisagem” para diferenciar arte e documento, na medida em que a ideia de vista corresponde à de documento, e a de paisagem à de arte: A paisagem depende do julgamento do gosto; a vista, do julgamento prático. Na vista, o referente prevalece sobre o indivíduo que a realiza, a descrição suplanta a expressão. A vista é denotativa. Ela não é destinada à parede da exposição, mas à publicação e ao arquivamento. A vista descreve, propõe um conhecimento. Não a contemplamos, não a consultamos: servimo-nos dela (ROUILLÉ, 2009, p.112)

O valor artístico não está materializado na fotografia. Ele ocorre a partir da performance e é evidenciado no momento em que a fotografia é exposta. Os autores entendem que a intencionalidade de expressão artística concede à fotografia o caráter de obra, não de documento.

O caráter de documento arquivístico ocorre quando a fotografia é um registro/reprodução automática dos fatos, quando seu propósito é ser utilizado, e não esteticamente apreciado. Esta concepção é reforçada por Lacerda (2012, p. 295): “Uma imagem fotográfica só se torna um documento de arquivo quando, a partir de sua produção, percorre uma trajetória direcionada por uma vontade de documentar uma ação, um fato; quando constitui um tipo de documento ou de suporte de comunicação [...]”.

Rodrigues e Crippa (2021) também salientam a possibilidade da fotografia constituir simultaneamente obra e documento, citando como exemplo o registro fotográfico de uma exposição artística: ao mesmo tempo que registra o acontecimento do fato, constitui uma obra de arte por si só.

Para Lacerda (2012), é comum que as fotografias não sejam criadas para representar ações com valor jurídico ou legal, portanto não apresentam traços ou padrões de acordo com uma natureza oficial. Isso pode culminar em um tratamento de organização realizado unicamente de acordo com o valor informativo e assunto da imagem, em detrimento da proveniência do registro. Melo e Parella (2021) concordam que o isolamento das fotografias para fins de preservação, desconsiderando sua origem, pode acarretar uma separação do restante do conjunto, emudecer as informações sobre sua proveniência e dificultar o processo de organização.

Lacerda (2012) considera necessário restabelecer vínculos com outros documentos que tomaram parte na transação que originou a fotografia. A condição para a contextualização

dos documentos fotográficos é sua articulação com outras espécies documentais. “A partir da leitura e compreensão do documento em uma perspectiva contextual, apresentada pelo arquivo, o usuário terá melhores condições de explorar a fonte a partir de seus próprios questionamentos” (LACERDA, 2012. p. 290). Isto deve-se ao fato da fotografia possuir capacidade de remontar um contexto e formar relações com outros documentos, independentemente do suporte ou espécie destes.

O documento fotográfico de arquivo pode resultar das funções e atividades do produtor a partir das relações formadas com documentos do mesmo contexto:

Sua imparcialidade, autenticidade, naturalidade, organicidade e unicidade o caracterizam como elemento de prova, função que deve ser garantida no decorrer de sua organização e preservação – de seu suporte, de suas informações visuais e, principalmente, de seus dados arquivísticos (DI PIETRO, 2020, p. 9).

Infere-se que fotografias contêm valor de prova conforme a intencionalidade de sua produção. Di Pietro (2020) também ressalta que estes documentos foram úteis durante e após as ditaduras militares latino-americanas em casos de atividades repressivas ou resistências políticas quanto às iniciativas de defesa dos direitos humanos. Ela observa o uso administrativo de fotografias da parte dos governos repressivos, bem como por militantes opositores ao regime para identificação de torturadores.

Neste contexto, fotos são apresentadas em comissões da verdade e julgamentos, o que evidencia seu valor de prova, para além do valor informativo. A autora ainda relembra que “[...] a fotografia, como documento, está presente em diferentes tipos de acervos, que devem ser organizados e disponibilizados às sociedades” (DI PIETRO, 2020, p. 15).

A organização e representação de fotografias dizem respeito à Arquivologia a partir do momento em que estas constituem documentos de arquivo. Os processos são guiados pelo princípio arquivístico de Proveniência. Nesse sentido, ganha destaque a função arquivística de Descrição, definida por Barros (2016, p. 38) como uma “análise realizada por um arquivista sobre os fundos e os documentos de arquivo agrupados natural ou artificialmente, a fim de sintetizar e condensar a informação nos conteúdos⁴ para os interessados [...]”.

Descrever, para o autor supracitado, é representar. É a representação de todo o conhecimento existente em um arquivo, de modo a evidenciar o fundo arquivístico, sua origem, contexto e proveniência, relação com outros documentos, método de arquivamento, forma e conteúdo. Estes aspectos garantem o valor de prova documental, bem como a

⁴ O termo “conteúdo”, no âmbito deste artigo, não equivale a “assunto”, visto que pode contemplar outras características que não o assunto de um documento. Rodrigues (2011), por exemplo, entende o aspecto de conteúdo como todos os elementos denotativos expressos por uma fotografia, por mais que o assunto desta não diga respeito a cada elemento denotativo retratado.

expressão da organicidade (VITAL; BRÄSCHER, 2016). Na Arquivologia, a Descrição está necessariamente relacionada ao processo de indexação (NAKAGAWA; FUJITA, 2021), desenvolvido com o objetivo de determinar o conteúdo de um documento por meio de termos controlados.

A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) busca padronizar, no cenário brasileiro, a descrição arquivística dos documentos de arquivo para fins de acesso e recuperação. Constitui uma adaptação à realidade brasileira da *General International Standard Archival Description*, ou ISAD (G), desenvolvida pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em 1994.

A NOBRADE possui oito áreas de descrição: área de identificação; de contextualização; de conteúdo e estrutura; de condições de acesso e uso; de fontes relacionadas; de notas; de controle da descrição; de pontos de acesso e indexação de assuntos. A norma também contém 28 elementos - sete deles são de uso obrigatório: código de referência, título, data, nível de descrição, dimensão e suporte, produtor e condições de acesso (CONARQ, 2006).

Embora utilize fotografias em exemplos de como desenvolver atividades descritivas, a NOBRADE é majoritariamente voltada para documentos textuais. Sua área 8, de pontos de acesso e indexação de assuntos, não contempla a subjetividade de interpretação dos documentos fotográficos. A seção adiante evidencia os procedimentos metodológicos utilizados durante a fase de pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa é efetuada com vista à indexação de fotografias no contexto arquivístico, com ênfase na tematização do discurso da imagem fotográfica. É de natureza básica (PRODANOV; FREITAS, 2013), pois tem por fim gerar conhecimentos úteis para o avanço da ciência.

Quanto aos objetivos, possui características de pesquisa descritiva, que visa ao estudo da metodologia auxiliar à indexação de fotografias proposta por Rodrigues (2011), a tematização. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa descritiva volta-se para a investigação de fenômenos e ocorre a partir da coleta de dados que respaldam a descrição dos fatos observados, sem interferência direta sobre eles.

O olhar estabelecido aos dados é de cunho qualitativo, cuja amostra é bibliográfica. Investiga-se a abordagem da literatura quanto à tematização de fotografias, sob sua

característica de documento de arquivo. Por ser uma reflexão construída com base em artigos e trabalhos, constitui-se também uma Pesquisa Bibliográfica.

Publicações da Sociedade Brasileira de Organização do Conhecimento (ISKO BRASIL) e trabalhos da base de dados do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) de 2019, no GT-2, de Organização e Representação do Conhecimento, são utilizados. Para busca de textos, recorre-se à Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), que cobre 37 periódicos nacionais da área, a Base de Dados do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (BENANCIB) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A BDTD disponibiliza em seu portal de buscas os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa, livre de custos. Os quadros 1 e 2, separados por temática pesquisada, evidenciam as estratégias de busca aplicadas:

Quadro 1 - Busca por “Indexação de Assunto em Arquivos”

INDEXAÇÃO DE ASSUNTO EM ARQUIVOS	
BRAPCI	7 resultados com os termos “INDEXAÇÃO AND ASSUNTO AND ARQUIV*”. Resultados em ordem de relevância. A troca de “assunto” por “temática” resultou em 10 artigos. Evitou-se a aplicação de recorte temporal para garantir maior abrangência de artigos, dadas as lacunas de pesquisa sobre o tema afirmadas pela literatura.
	14 resultados para “INDEXAÇÃO AND ARQUIV*” com delimitação temporal (2011-2022), resultados em ordem de relevância e filtro de palavras-chave para os termos utilizados.
BDTD	10 resultados com os termos “INDEXAÇÃO AND ASSUNTO AND ARQUIV*”. Evitou-se a aplicação de recorte temporal para garantir maior abrangência de trabalhos. A troca de “assunto” por “temática” resultou em 12 trabalhos.
BENANCIB	439 resultados para “INDEXAÇÃO AND ASSUNTO AND ARQUIV*”. Resultados em ordem de relevância e sem delimitação temporal, dadas as limitações de busca na base. A troca de “assunto” por “temática” resultou em 95 trabalhos.

Fonte: elaboração da autora.

Quadro 2 - Busca por “indexação de fotografias”

INDEXAÇÃO DE FOTOGRAFIAS	
BRAPCI	18 resultados para “INDEXAÇÃO AND FOTOGRAFIA”. 1 resultado para

	os termos “INDEXAÇÃO ARQUIV* AND FOTOGRAFIA”. Evitou-se a aplicação de recorte temporal para garantir maior abrangência de artigos, dadas as lacunas de pesquisa sobre o tema afirmadas pela literatura. Resultados em ordem de relevância.
BDTD	25 resultados para os termos “INDEXAÇÃO AND FOTOGRAFIA”. Evitou-se a aplicação de recorte temporal para garantir maior abrangência de trabalhos, dadas as lacunas de pesquisa sobre o tema afirmadas pela literatura. Resultados em ordem de relevância.
BENANCIB	151 resultados para “INDEXAÇÃO AND FOTOGRAFIA”. Resultados em ordem de relevância e sem delimitação temporal, dadas as limitações de busca na base. A elevada quantidade de resultados prejudicou a identificação de trabalhos condizentes com a temática estudada.

Fonte: elaboração da autora.

As buscas visam a identificar a indexação de fotografias em seu sentido amplo: contemplam artigos e trabalhos por meio de pesquisas em bases sobre indexação de fotografias. Pela intenção de se associar a indexação de fotografias à normalização arquivística, também foi buscada a indexação de assunto em arquivos, afinal a NOBRADE a tem por foco em sua oitava área a indexação de assuntos.

Os resultados de “indexação AND fotografia” apontam para uma possível análise de metodologias de indexação de fotografias, levando em conta o assunto e o contexto arquivístico. O texto de Zanon e Sabbag (2017), identificado nesta etapa, apresenta 4 metodologias relacionadas à indexação de fotografias, dentre elas a de Rodrigues (2007), sobre tematização do discurso de fotos.

Para cumprir o objetivo geral, de examinar a possibilidade de uso da tematização em fotografias como documento de arquivo, usam-se os resultados da busca explicitados nas tabelas. A seleção é pautada na pertinência frente ao entendimento da fotografia como documento arquivístico e a indexação de fotografias, levando-se em consideração a tematização. Os trabalhos e artigos selecionados são derivados das bases BRAPCI e BDTD no recorte temporal de 2007-2021. Há artigos que dizem respeito à indexação em arquivos, em seu sentido amplo, e à indexação de assunto em arquivos. Eles constam como suporte para o tema, por não serem o centro da discussão.

Para responder ao primeiro objetivo específico, de identificar a fotografia como documento arquivístico, utiliza-se a revisão bibliográfica de textos que buscam a inserção da fotografia na condição de documento de arquivo.

O segundo objetivo específico, de descrever os aspectos da tematização, é resolvido por meio de definições oriundas da revisão bibliográfica de Rodrigues (2007; 2011), com

suporte de outras perspectivas sobre o tema. Também são apresentadas definições e discussões sobre o papel da indexação na Arquivologia, dada sua relação com a tematização. Os resultados foram identificados a partir da busca realizada no Quadro 1 (Indexação de fotografias) e selecionados com base no critério de pertinência, a partir da análise do título do trabalho/artigo, resumo e palavras-chave atinentes a métodos para indexação de fotografias - com foco na tematização. Estão localizados no tópico 4 - Indexação e tematização de fotografias.

Com vista à resolução do terceiro objetivo específico, de comparar os aspectos da tematização de fotografias à NOBRADE, busca-se evidenciar a relação entre a tematização e a área de Pontos de Acesso e Indexação de Assuntos da Norma, que não menciona as especificidades do tratamento temático de fotografias e necessidades interpretativas deste documento visual. Para cumprir o objetivo, utilizam-se os resultados de busca dos dois quadros (Indexação de fotografias e Indexação de assunto em arquivos). O artigo de Linden e Bräscher (2018) e as obras de Rodrigues (2007; 2011), também foram selecionados pelos critérios de pertinência. Os resultados estão localizados no tópico 5 ASPECTOS DA TEMATIZAÇÃO FRENTE À ÁREA 8 DA NOBRADE. A seção adiante descreve aspectos da tematização.

4 TEMATIZAÇÃO E INDEXAÇÃO DE FOTOGRAFIAS

Este tópico visa a apresentar conceitualmente a Tematização de fotografias como procedimento e evidenciar suas relações com o processo de indexação. Para tanto, além do conceito da tematização, foram exploradas a indexação em seu sentido amplo, bem como a perspectiva de Rodrigues (2011) em torno de modalidades de indexação (por conteúdo e por conceitos) e a indexação de assuntos, que compõe a oitava área da NOBRADE.

Como ponto de partida, discute-se a tematização do discurso fotográfico ressaltando os desafios e impasses de se interpretar fotografias, dada a influência da subjetividade do olhar do observador. Felipe (2016, p. 67) lembra que “[...] as fotografias possuem aspectos subjetivos e estes devem ser identificados na indexação. Se em uma tela branca se pode encontrar várias interpretações como vazio e oportunidade, quanto mais na fotografia na qual existe não só o referente, mas vários constituintes”. Para Rodrigues (2011, p. 105): “polissemia, no caso da fotografia, refere-se às diversas interpretações que uma mesma foto pode ter, dependendo do contexto onde está inserida, da função que desempenha e da imagem mental e cognição do observador”.

Dessa forma, infere-se que a interpretação é essencial para a determinação do assunto da fotografia. Schveitzer (2021) reforça esta compreensão ao afirmar que a contextualização do discurso de uma foto permite que sejam delimitados seus assuntos de maior pertinência. Rodrigues propõe a tematização como um processo com vistas à interpretação do discurso fotográfico:

A tematização é a primeira consequência da análise interpretativa, precedendo a indexação e delimitando e direcionando a polissemia da imagem. Além disso, permite que temas aparentemente fora do contexto da fotografia possam ser reunidos a outros temas semelhantes e sejam indexados no banco de imagens (RODRIGUES, 2011, p. 31).

Com base no exposto, percebe-se a tematização como resultado da análise da foto, anterior à própria transcrição ou tradução do assunto visual para o verbal. De acordo com Zanon e Sabbag (2017, p. 706): “Quando tematizamos, inserimos no referente um contexto que não está objetivamente ligado a ele [...]”. Essa inserção é um problema quando a fotografia não está bem contextualizada como documento de arquivo.

Felipe (2016) lembra que a compreensão dos sentidos denotativos e conotativos da fotografia são necessários para sua tematização. Os sentidos denotativo e conotativo possuem relação com níveis de análise comentados por autores que caminham ao encontro da tese de Rodrigues (2011). Ele esclarece que a literatura contempla, basicamente, dois níveis específicos de análise, o descritivo e o interpretativo:

O primeiro analisa aspectos denotativos, ou seja, aquilo que a foto mostra de forma explícita. O segundo analisa aspectos conotativos (concretos e abstratos), aquilo que pode ser simulado pela foto. A tematização, de modo geral, pode gerar vários discursos distintos e encaixa-se no segundo nível de análise, embora possa acontecer também no primeiro nível (RODRIGUES, 2011, p. 128).

Para exemplificá-los, Rodrigues (2007) utiliza a retratação fotográfica de uma ponte destruída sobre um rio. O olhar denotativo corresponde exatamente a este referente, como uma cópia literal e objetiva. Por outro lado, o olhar conotativo diz respeito às inúmeras maneiras de interpretação. Rodrigues (2007, p. 71-72) afirma que algumas pessoas podem interpretar a cena da ponte caída “[...] como sendo resultado de um tremor de terra, outras como uma implosão, outras como sendo resultado de um bombardeio numa guerra, e assim por diante”.

Ele estabelece uma divisão do sentido conotativo em conotativo concreto e conotativo abstrato. Em suas palavras, os exemplos citados acima são “formas conotativas concretas, pois interpretam a cena observando os elementos constitutivos da imagem - a ponte, o rio, a pessoa, etc” (RODRIGUES, 2007, p. 71-72). Já as formas conotativas abstratas podem ser

ilustradas por associações com elementos externos ao conteúdo da fotografia, como à miséria, dado o efeito de destruição, ou à falta de manutenção pelas autoridades competentes. Felipe (2016, p. 73) complementa que “o sentido conotativo abstrato está ligado às sensações, sentimentos que a fotografia transmite”.

Uma série de fatores interfere nesta análise, em ambos os níveis. Alguns remetem às técnicas fotográficas, como enquadramento, foco, aspectos cromáticos (cor ou preto e branco), tonalidade, contraste e brilho, posição do objeto a ser fotografado, tipo de luz e intensidade, dentre outros levantados por Rodrigues (2011). Além das técnicas fotográficas, as diversas vivências e níveis socioculturais impactam o receptor em sua percepção (RODRIGUES, 2007), nos sentidos denotativo e conotativo. Felipe (2016) sugere a realização de uma pesquisa sobre a fotografia, visando a captar informações a seu respeito e evidenciar sua história.

De modo geral, os discursos gerados pela tematização ocorrem no segundo nível de análise, que é o conotativo, embora possam também acontecer no primeiro nível (RODRIGUES, 2011). Rodrigues (2011, p. 112) atesta que “tematizar uma imagem fotográfica, significa, portanto, contextualizar a priori seus sentidos conotativos permitindo o seu uso em diferentes assuntos e matérias, para diferentes interpretações e finalidades, direcionando e delimitando a abrangência de seu discurso temático”.

A tematização, em um sentido geral, com perspectiva voltada para a Ciência da Informação e não à Arquivologia, pode ser entendida como um direcionamento da polissemia e do discurso central da fotografia, ou a determinação de “quais outros referentes ou unidades dentro do referente terão seus discursos escolhidos para serem indexados e fazerem parte do banco de imagens” (RODRIGUES, 2011, p. 132).

Rodrigues (2011), em sua tese, concebe a tematização voltada para bancos de imagens, onde não se considera a proveniência (contexto de produção, história), nem relações orgânicas. As fotografias presentes nos bancos são produzidas para fins artísticos, em consonância com o caráter de obra da fotografia, proposto por Rodrigues e Crippa (2021). Podem também servir aos meios jornalísticos, publicitários ou outras modalidades de comunicação.

Nesse sentido, Rodrigues (2011) afirma que o processo de tematização não precisa e nem deve refletir a procedência histórica, contextual e documental da foto, desde que a fotografia contenha temas que possam ser utilizados em diversos contextos de comunicação e informação.

De fato, a tematização remete à interpretação dos sentidos conotativos da fotografia e não contempla, obrigatoriamente, a proveniência deste documento. No entanto, isto não significa que não possa ser adaptada como procedimento-base para indexação de fotografias de fundos documentais disponíveis na íntegra ou em instrumentos de representação *on-line*, utilizados por instituições arquivísticas de custódia de documentos em diversos suportes. A plataforma Access to Memory (AtoM) é um exemplo de aplicação que comporta informações descritivas e pontos de acesso⁵, as quais podem refletir o assunto da fotografia.

Tematizar é uma atividade importante devido à polissemia fotográfica, mesmo em fotografias na condição de documento de arquivo. A necessidade de interpretação direcionada também pode ocorrer em uma instituição custodiadora. A adaptação do processo de tematização das fotografias é necessária e justificada pelo fato de que o tratamento arquivístico é pautado nas relações orgânicas e na procedência documental. Nesse contexto, destacam-se os aspectos para análise e tematização da imagem fotográfica propostos por Rodrigues (2007, p. 75):

- 1) Descrição física (formato e tamanho da imagem fotográfica, tipo de suporte, autor, transformações ocorridas a partir do original etc.);
- 2) Composição (objetiva e filtros utilizados, abertura e tempo de exposição, tipo de luz, nível de nitidez dos assuntos, ponto de vista do fotógrafo, profundidade de campo e hierarquia das figuras, enquadramento etc.);
- 3) Contexto arquivístico (relação da mesma com determinado fato ou documento);
- 4) Conteúdo da foto ou assunto – sentido denotativo da foto (descrição do que a foto contém);
- 5) Sentidos conotativos da foto (descrição dos sentidos conotativos concretos e abstratos que a foto pode conter);
- 6) Tematização (enquadrar os sentidos conotativos nos temas que lhes forem adequados);

Os aspectos explorados acima carregam traços descritivos da fotografia, as técnicas utilizadas que podem impactar a interpretação do discurso fotográfico e o próprio contexto arquivístico, que no caso das fotografias de arquivo também poderá ser contemplado nos pontos de acesso. É o que expressa Rodrigues (2007, p. 72) ao se referir a uma fotografia de comício em praça pública, quando analisada para fins histórico-documentais:

⁵ Os pontos de acesso são compreendidos como um “elemento de informação, termo ou código que, presente em unidades de descrição, serve à pesquisa, identificação ou localização de documento” (CONARQ, 2006, p. 16).

[...] deverá incluir na sua análise e posterior indexação, informações concretas sobre o fato real (nome do evento, data, local, pessoas envolvidas etc.) que levaram à sua elaboração. Sem essas informações – e principalmente se não for armazenada com o conjunto de documentos ao qual pertence –, há uma perda do contexto documental, ainda que contenha uma série de informações sobre o referente. Nesse caso, o sentido denotativo da imagem estará bem determinado, e a mesma praticamente carecerá de outros sentidos conotativos além daquele que identifica o evento.

Infere-se a pertinência do levantamento de elementos descritivos que reforcem o contexto (proveniência), isto é, as informações concretas sobre o fato, e a capacidade probatória, mediata ou imediata da fotografia de arquivo. Nesta consolidação do sentido denotativo da foto, cabe a concepção de Lacerda (2012), quanto à necessidade de estabelecer vínculos com outros documentos que tomaram parte na transação que originou a fotografia - alusão às relações orgânicas.

Os elementos denotativos expressam importância no cenário do documento fotográfico de arquivo e parecem demandar equilíbrio para com os elementos conotativos que subsidiam a interpretação de assuntos das fotos, ou seja, a tematização depende de seus aspectos quando efetuada sobre fotografias arquivísticas.

O sentido conotativo também pode ser amplamente passível de utilização no contexto arquivístico. Um pesquisador pode ter interesse em fotografias cujo assunto seja “integralismo no Brasil”, por exemplo. Na etapa de análise da fotografia, realizada por profissionais de arquivo, este movimento político será identificado por meio da conotação do sentido - interpretação dos elementos denotativos/constitutivos da imagem registrada. Além da conotação do sentido, as informações concretas sobre o fato também serão utilizadas e expressas em documentos que possuam relações orgânicas com a fotografia em questão.

Considerando os aspectos conotativos, Rodrigues (2007, p. 75) estabelece uma ponte entre a tematização e a indexação: “o responsável pela análise e indexação deverá ter a capacidade de encontrar todos os sentidos conotativos – concretos e abstratos – existentes na imagem, bem como as possíveis tematizações – possibilidades de uso – em que poderão ser utilizados”. A indexação é apresentada por Barros (2016, p. 40) em seu sentido geral como “[...] um processo que visa à recuperação de conteúdos contida em um documento, por meio de termos (conceitos, termos, palavras-chave)”. Felipe (2016, p. 63) complementa que a indexação é “[...] constituída por duas etapas: análise de assuntos — fase da leitura e escolha dos termos que representam o documento — e a tradução dos termos em linguagens de indexação”. A tematização aproxima-se da primeira etapa, de análise.

Busca-se, então, a extração dos termos de um documento de um determinado contexto para fins de recuperação e acesso. A indexação, de acordo com Barros (2016), é uma fase do processo de representação arquivística, aplicável aos documentos de arquivo. Assim como Ribeiro (2011), Barros (2016) entende que o processo de indexação precisa ser baseado no plano de classificação e na descrição multinível⁶ promulgada por normas de descrição, como a NOBRADE. Fujita e Nakagawa (2021) concordam que é tarefa do profissional indexador analisar o documento como parte de um fundo.

Ribeiro (2011) propõe níveis hierárquicos de análise subdividindo-lhes em três: o nível sumário, que abarca todo o arquivo; o nível exaustivo, que se concentra nas séries arquivísticas; por fim, o nível profundo, correspondente aos atos informacionais ou até mesmo aos documentos isolados. A autora supracitada estuda especificamente a indexação de assuntos, que busca representar o conteúdo ideográfico/temático, isto é, o assunto (RIBEIRO, 2011). Esta modalidade de indexação compõe a NOBRADE em sua oitava área.

Rodrigues (2011), por sua vez, entende dois tipos de indexação aplicáveis às fotografias: indexação por conteúdo ou indexação por conceitos, sendo que a segunda delas é a mais adequada para fotografias tematizadas em sua perspectiva.

A inadequação da indexação por conteúdo deve-se à possibilidade de automatização do processo, que impossibilita a interpretação de fotos. Os sistemas automatizados, embora identifiquem cores, formas, texturas e outras características, parecem ineficientes quando se busca uma criança triste chorando na praia, por exemplo (RODRIGUES, 2011). A indexação por conteúdo corresponde à identificação automatizada das características descritivas da foto. Também se nota que a percepção do autor sobre “conteúdo” não equivale a “assunto” quando se trata da indexação por conteúdo. Rodrigues (2011, p. 135) explica:

Por indexação por conteúdo entendem-se as tarefas de representar (indexar) uma imagem fazendo uso individual de suas próprias características visuais primárias - entre as quais incluem-se cores, texturas e formas (figuras obtidas a partir da identificação e demarcação de seus contornos) - ou pela combinação destas características.

Infere-se, dessa forma, que esta modalidade de indexação diz respeito às características descritivas da foto e não está, necessariamente, relacionada à sua interpretação por meio da cognição.

Em contrapartida, o objetivo da indexação por conceitos é atribuir termos que representem informações visuais denotativas e conotativas contidas na imagem fotográfica, as quais só podem ser identificadas pela cognição. Rodrigues (2011, p. 136) complementa que

⁶ A indexação multinível é discutida por Ribeiro (1992).

“A indexação por conceitos representa por meio de palavras todas as informações contidas na fotografia, sejam elas de cunho identificatório ou representativo de seu conteúdo denotativo e conotativo”.

Entre as duas modalidades de indexação (por conceitos e por conteúdo) apresentadas por Rodrigues (2011), o autor considera a indexação por conceitos como a mais adequada para fotografias tematizadas, afinal é uma modalidade capaz de expressar os sentidos denotativo e conotativo da imagem fotográfica.

No entanto, em se tratando de fotografias como documentos de arquivo, é importante incluir as especificidades de tratamento arquivístico no processo de indexação. Com base no que foi apresentado a respeito da indexação de assuntos segundo Ribeiro (2011), este artigo também entende a indexação de assuntos como aplicável às fotografias de arquivo tematizadas. Os assuntos identificados podem dizer respeito ao discurso central da fotografia, refletido pelos sentidos conotativos concreto e abstrato. Outros aspectos da tematização podem coincidir com seu assunto, a exemplo do aspecto de conteúdo (sentidos denotativos).

A partir da noção de que a tematização e seus aspectos podem funcionar como recursos interpretativos e basilares para o processo de indexação de assuntos das fotografias, a seção adiante compara a tematização e seus aspectos à Área de Pontos de acesso e indexação de assuntos da NOBRADE, que elenca procedimentos para a indexação de assuntos sob a perspectiva arquivística.

5 ASPECTOS DA TEMATIZAÇÃO FRENTE À ÁREA 8 DA NOBRADE

No tangente à NOBRADE, o objetivo deste tópico é utilizar a oitava área, de Pontos de Acesso e Indexação de Assuntos, para compará-la aos aspectos da tematização. Para tal, é necessário esclarecer sobre as modalidades de indexação, a terminologia utilizada neste trabalho e estrutura da oitava área da NOBRADE.

Apesar do posicionamento de Rodrigues (2011), explicitado no tópico anterior, a respeito da indexação por conceitos como a mais adequada frente aos aspectos da tematização, ela não será utilizada. Nesta seção, opta-se pela indexação de assuntos, que também requer interpretação cognitiva do documento. Esta modalidade apresenta compatibilidade com a tematização de fotografias quando se objetiva indexar o assunto de uma foto. O assunto, em uma perspectiva arquivística, pode incluir até mesmo elementos de história biográfica/administrativa do fundo à qual a foto pertence (CONARQ, 2006).

Quanto ao uso do termo “conteúdo”, a norma brasileira trata “conteúdo” e “assunto” como sinônimos e se aproxima da perspectiva de Linden e Bräscher (2018), que definem a descrição de conteúdo como conjunto de operações que “[...] descrevem os assuntos de determinado documento na intenção de informar o usuário e recuperar facilmente tais informações”. No entanto, “conteúdo” também remete a um dos aspectos da tematização.

Nesse sentido, salienta-se que o conteúdo da fotografia pode ou não dizer respeito ao seu assunto ou discurso proposto pelo fotógrafo no momento do registro. O tipo de iluminação selecionado, por exemplo, não constitui o tema central/assunto da imagem fotográfica, mas faz parte de seu conteúdo descritivo e interfere na interpretação da foto. Dessa forma, evita-se o entendimento de conteúdo como sinônimo de assunto, sobretudo no escopo desta seção.

Esclarecida a terminologia utilizada, parte-se para a concepção da oitava área da NOBRADE. As demais áreas, bem como a justificativa de seleção da oitava, foram apresentadas no tópico 2 FOTOGRAFIA COMO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO. A área 8 (de Pontos de acesso e indexação de assuntos) é composta por um elemento, o 8.1 (Pontos de acesso e indexação de assuntos).

Este elemento evoca a prática de registro dos procedimentos para recuperação do conteúdo de outros elementos de descrição. Isto ocorre por meio da elaboração de índices baseados em entradas autorizadas e no controle de vocabulário adotado. A regra é identificar pontos de acesso que exigirão maior atenção no momento de elaboração de índices e realizar a indexação de maneira controlada sobre os elementos de descrição estratégicos para pesquisa (CONARQ, 2006).

A Norma requer os elementos de descrição obrigatórios como pontos de acesso e delega à entidade custodiadora a identificação de outros pontos que serão objeto de indexação. O CONARQ (2006, p. 59) complementa que “a indexação dos assuntos deve contemplar nomes de entidades, eventos, áreas geográficas, períodos e assuntos tópicos. Os assuntos tópicos devem ser indexados de acordo com as necessidades, possibilidades e objetivos da entidade custodiadora [...]”.

Em continuidade do elemento 8.1 (Pontos de acesso e indexação de assuntos), a norma cita e explica onze procedimentos que instruem sobre como fazer indexação de assuntos e registro de pontos de acesso (item 8.1.1 até 8.1.11). Sumariamente, os procedimentos são elencados e explicados da seguinte forma (CONARQ, 2006):

8.1.1 Identificar, por área e nível de descrição, elementos de descrição que podem derivar em índices.

8.1.2 Cuidar especialmente dos elementos de descrição Produtor (2.1) e Título (1.2) para elaboração de índices, desde que as dimensões e variedade do acervo o justifiquem.

8.1.3 Observar orientações básicas de outras normas, como a ISAAR(CPF), AACR2 e demais fixadas pela ABNT para a geração de índices onomásticos.

8.1.4 Modernizar os nomes, retendo-se outras formas de grafias para incorporá-las como remissivas no índice onomástico.

8.1.5 Nos níveis mais gerais (1 a 3), o elemento Título (1.2) pode gerar índice alfabético. Em níveis específicos (4 e 5), deve ser objeto da indexação de assuntos.

8.1.6 Quando o elemento Título (1.2), nos níveis de descrição 4 e 5, estiver acompanhado de indicação de responsabilidade, os nomes indicados devem integrar um índice onomástico em observância às orientações básicas da norma ISAAR(CPF).

8.1.7 No caso de geração de índice a partir do elemento Dimensão e suporte (1.5), observar informações como gênero, espécie e tipo de documento.

8.1.8 Para indexar os assuntos presentes nas unidades de descrição, deve-se extrair os termos em linguagem natural e transformá-los em linguagem controlada, de modo a construir um vocabulário controlado. É necessário registrar fontes validadoras para os termos de indexação, como a Biblioteca Nacional, ou fontes impressas, como tesouros especializados.

8.1.9 Na indexação dos assuntos presentes nos elementos Título, nos níveis de descrição 4 e 5, História administrativa/biografia (2.1), Âmbito e conteúdo (3.1) e outros ainda, considerados estratégicos pela entidade custodiadora, devem ser observados o assunto tópico, área geográfica, nomes de entidades, eventos e períodos.

8.1.10 Registrar os termos selecionados e as remissivas necessárias de acordo com as categorias estabelecidas, como, por exemplo, área geográfica, assunto tópico, entidade, evento e período.

8.1.11 As regras observadas, assim como as referências das fontes validadoras, devem ser indicadas em Regras ou convenções (7.2), no nível pertinente.

Quanto à tematização proposta por Rodrigues (2007; 2011) e os aspectos associados a ela, evidenciam-se algumas relações com os procedimentos de indexação de assunto. Retoma-se a perspectiva de que a tematização não equivale à indexação, porém serve como

base do processo. Os seis aspectos da tematização segundo Rodrigues (2007) são a descrição física, a composição, o contexto arquivístico, o conteúdo da foto, os sentidos conotativos da foto e, finalmente, a própria tematização. O Quadro 3, abaixo, compara as definições dos seis aspectos da tematização a alguns procedimentos para indexação de assuntos elencados pela NOBRADE.

Quadro 3 - Relações entre aspectos da tematização e os procedimentos para indexação de assuntos

Aspecto da tematização (RODRIGUES, 2007)	Procedimento para indexação de assuntos (CONARQ, 2006)
1) Descrição física (formato e tamanho da imagem fotográfica, suporte, autor, transformações ocorridas a partir do original etc.)	8.1.7 No caso de geração de índice a partir do elemento Dimensão e suporte (1.5), observar informações como gênero, espécie e tipo de documento. 8.1.2 Cuidar especialmente dos elementos de descrição Produtor (2.1) e Título (1.2) para elaboração de índices, desde que as dimensões e variedade do acervo o justifiquem.
2) Composição (filtros utilizados, tipo de luz, nitidez, profundidade de campo e hierarquia das figuras, enquadramento etc.)	8.1.7 No caso de geração de índice a partir do elemento Dimensão e suporte (1.5), observar informações como gênero, espécie e tipo de documento.
3) Contexto arquivístico (relação da mesma com determinado fato ou documento)	8.1.2 Cuidar especialmente dos elementos de descrição Produtor (2.1) e Título (1.2) para elaboração de índices, desde que as dimensões e variedade do acervo o justifiquem.
4) Conteúdo da foto ou assunto – sentido denotativo da foto (descrição do que a foto contém)	8.1.9 Na indexação dos assuntos presentes nos elementos Título (1.2), nos níveis de descrição 4 e 5, História administrativa/biografia (2.1), Âmbito e conteúdo (3.1) e outros ainda, considerados estratégicos pela entidade custodiadora, devem ser observados o assunto tópico, área geográfica, nomes de entidades, eventos e períodos. 8.1.10 Registrar os termos selecionados e as remissivas necessárias de acordo com as categorias estabelecidas, como, por exemplo, área geográfica, assunto tópico, entidade, evento e período.
5) Sentidos conotativos da foto (descrição dos sentidos conotativos concretos e abstratos que a foto pode conter)	
6) Tematização (enquadrar os sentidos conotativos nos temas que lhes forem adequados)	

Fonte: elaboração da autora.

Os aspectos “descrição física” e “composição” são descritivos e se relacionam com o elemento de dimensão e suporte mencionado no item 8.1.7. Incluir neste procedimento a análise do formato, tamanho da imagem fotográfica, suporte, filtros utilizados, iluminação e transformações ocorridas a partir da foto original pode enriquecer a elaboração de um índice

de conjunto documental que contenha fotografias. Basta a especificação de que o conjunto é composto por documentos fotográficos para a inclusão destas características aplicáveis somente a ela.

O procedimento 8.1.2 menciona o produtor, que pode ou não coincidir com o autor da foto, compreendido por Rodrigues (2007) como um exemplo do aspecto de “descrição física”. O aspecto “contexto arquivístico”, ou relação da foto com um fato ou outro documento, pode ser associado ao procedimento 8.1.2, pela menção ao produtor. O contexto de produção relaciona-se ao princípio da Proveniência, que é prerrogativa da Norma como um todo e já é abordado por ela. Dessa forma, em se tratando da fotografia como documento arquivístico, o aspecto “contexto arquivístico” é salutar. Este contexto é expresso a partir dos vínculos que a fotografia forma com outros documentos.

O aspecto “conteúdo da foto ou assunto” diz respeito ao referente retratado na foto em seu sentido denotativo, conforme do exemplo da ponte caída sobre um rio apresentado no tópico anterior. Este aspecto liga-se aos procedimentos 8.1.9 e 8.1.10 porque alguns elementos denotativos da imagem fotográfica podem dizer respeito ao assunto e servir como base para sua indexação. No caso da fotografia de uma ponte caída sobre um rio, a ponte pode ser o assunto da foto e, simultaneamente, seu elemento denotativo.

Os aspectos “sentidos conotativos da foto” e “tematização” referem-se à interpretação da fotografia por meio da cognição. Retoma-se a compreensão dos sentidos conotativos concretos, que interpretam os elementos denotativos da fotografia, e sentidos conotativos abstratos, que representam as sensações e sentimentos que a foto transmite, ou circunstâncias presumidas pelo intérprete que não estão necessariamente representadas no referente visual - como miséria ou irresponsabilidade política. A tematização, conforme define Rodrigues (2007), é o enquadramento destes sentidos no tema que lhes for adequado.

Estes aspectos também se ligam aos procedimentos 8.1.9 e 8.1.10, afinal identificam características que podem servir de base à indexação de assuntos. A diferença é que os assuntos tópicos e/ou eventos históricos são identificados a partir da interpretação cognitiva da fotografia. As informações concretas sobre os fatos interferem nesta análise.

Nesse sentido, a NOBRADE poderia incluir a orientação de se analisar os aspectos denotativos e conotativos do documento fotográfico para identificação dos assuntos, conjuntamente ao aspecto de “contexto arquivístico”, nos procedimentos 8.1.9 e 8.1.10. Outro ponto relevante são os níveis de descrição presentes no procedimento 8.1.9: sugere-se a execução da tematização também por níveis, do geral para o específico.

A Norma, contudo, sequer menciona o documento fotográfico nos procedimentos para indexação de assuntos, portanto não é possível que nela constem diretrizes para interpretação de fotografias que contemplem eventos históricos, naturais, catástrofes, dentre outros. A composição de índices resultantes de fotografias tematizadas em seus sentidos conotativos tem importância significativa para o usuário pesquisador, afinal significa a transposição de uma informação visual em um assunto representado por termos.

Os procedimentos restantes, ausentes no Quadro 3, não fizeram parte da comparação por serem voltados diretamente à elaboração de índices e de vocabulário controlado, em detrimento da análise interpretativa. Um exemplo é o item 8.1.4, que recomenda a modernização da grafia de nomes e não se relaciona com os aspectos da tematização de uma fotografia. Reitera-se que a tematização do discurso fotográfico não equivale ao processo de indexação, mas cumpre o papel de um procedimento interpretativo auxiliar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica exposta neste trabalho fomenta a discussão acerca da fotografia como documento arquivístico, com vistas aos processos de indexação. Lembra-se que as resoluções recentes do CONARQ, como a n.º 41 de 9 de dezembro de 2014, buscam incluir no rol do tratamento arquivístico outros gêneros documentais além dos textuais, como é o caso das fotografias, incluídas no gênero iconográfico. Neste panorama, enfatizaram-se os aspectos referentes ao processo de tematização estudado por Rodrigues (2007; 2011) e levantou-se a importância de um procedimento de leitura diferenciado em se tratando da fotografia, que carrega informações dispostas visualmente e requer uma “tradução” para a linguagem verbal.

Cumpriram-se os objetivos específicos por meio da revisão da literatura. A fotografia foi identificada como documento de arquivo, mesmo que não unicamente: conforme exposto, também pode constituir obra de arte e documento para fins de comunicação jornalística. Como documento de arquivo, a fotografia apresenta valor probatório e de memória em diversos contextos, a exemplo de ditaduras, atividades repressivas, resistência política e iniciativas de defesa dos direitos humanos (DI PIETRO, 2020).

Os aspectos atinentes à tematização do documento fotográfico também foram descritos. Abordaram-se os sentidos denotativos e conotativos (os quais se subdividem em conotativo concreto e conotativo abstrato), a tematização como produto do direcionamento do discurso conotativo da foto e seus aspectos complementares.

Percebeu-se que a tematização de fotografias como documentos de arquivo depende dos outros aspectos, como o de contexto arquivístico, o qual evidencia o vínculo com outros documentos e expõe informações concretas sobre o referente fotografado. Quando se descontextualiza a foto e insere-se um significado que negligencia as relações orgânicas e a proveniência desta, o caráter de documento de arquivo é violado. Dessa forma, a aplicação isolada da tematização não é cabível a fotografias como documentos arquivísticos.

Quanto aos sentidos conotativos, questiona-se o exemplo hipotético de identificação do movimento político integralista em uma fotografia da seção 4. Seria esse tema traduzido para a linguagem verbal por meio do sentido conotativo concreto ou a partir do sentido conotativo abstrato? Até que ponto o sentido conotativo abstrato seria utilizado nos documentos de arquivo?

Na comparação de todos os aspectos com procedimentos para indexação de assuntos da oitava área da NOBRADE, no Quadro 3, notou-se que os aspectos complementares de descrição física, composição e contexto arquivístico convergem com procedimentos da Norma que envolvem elementos descritivos como Dimensão e suporte e Produtor. Por outro lado, poderiam-se incluir elementos como suporte, filtros e transformações ocorridas nas fotos no procedimento 8.1.7 para enriquecer a elaboração de um índice que contemple fotografias.

Quanto aos aspectos de conteúdo, com enfoque no referente denotativo da imagem, de sentidos conotativos da foto e ao aspecto da própria tematização, evidenciou-se a relação direta com os procedimentos que visam a identificar assuntos tópicos e estratégicos para a instituição custodiadora de documentos (8.1.9 e 8.1.10).

Sugere, dessa forma, que os procedimentos incluam a orientação de se analisar aspectos denotativos e conotativos do documento fotográfico para identificação de assuntos. O procedimento 8.1.10 recomenda a indexação multinível dos assuntos, que conduz à reflexão de que a tematização também pode ser efetuada com vistas aos níveis de descrição.

Concluiu-se que a tematização pode ser útil para a indexação de assunto fotografias na condição de documentos de arquivo, desde que aplicada conjuntamente aos demais aspectos. A pesquisa também sugere ampliar a discussão sobre como a NOBRADE aborda a indexação de fotografias e os procedimentos referentes a este processo. No todo, cumpriu-se o objetivo de examinar a viabilidade de se tematizar fotografias de arquivo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: informação e documentação: resumos, resenhas e resenhas: apresentação. Rio de Janeiro, 2021.

BARROS, Thiago Henrique Bragato. A representação documental no contexto da arquivologia: perspectivas recentes. **Informação & Informação**, v. 25, n. 3, p. 266-287, 2020. Disponível em: 10.5433/1981-8920.2020v25n3p266 Acesso em: 07 dez. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf. Acesso em 7 mai. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Resolução n.º 41 de 9 de dezembro de 2014. Dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, visando a sua preservação e acesso. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 18 dez. 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-41-de-9-de-dezembro-de-2014>.

COSTA, Tatiele Araújo da; RODRIGUES, Mateus de Moura. Coleções fotográficas: discussões em torno do processo de intervenção arquivística. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 25, n. 4, p. 24-46, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/153065>. Acesso em: 17 jan. 2022.

FELIPE, Carla Beatriz Marques. **Os aspectos sociocognitivos para a indexação de fotografias**. 2016. 153 fls. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Recife, 2016. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_85d241f99825396999ad3a507bb87d04. Acesso em 9 mar. 2022.

FELIPE, Carla Beatriz Marques; PINHO, Fábio Assis. Mapeamento da produção brasileira sobre indexação de imagens. In: PINHO, Fábio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (org.). **Estudos avançados em organização do conhecimento**: Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento. RECIFE PE: Editora UFPE, 2017, v. 4. Disponível em: <https://isko.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Proceedings-ISKO-Brasil-2017.pdf>. Acesso em 27 out. 2021.

LACERDA, Aline Lopes de. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 283-302, jan.-mar. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/3WdkxxJRfLj65nGbDgQPfnh/?lang=pt><http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19n1/15.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2022.

LINDEN, Leolíbia Luana; BRÄSCHER, Marisa. O tratamento temático da informação em instrumentos normativos de descrição arquivística. **Em Questão**, v. 24, n. 3, p. 96-124, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/89102>. Acesso em: 25 jun. 2022.

MACHADO, Bruno Henrique; SEMIDÃO, Rafael; MADIO, Telma Campanha de Carvalho. Classificação arquivística de fotografias institucionais: desafios na identificação dos tipos documentais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XX, 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/956>. Acesso em 9 nov. 2021.

MELO, Suellen Alves; PARRELA, Ivana Denise. Difusão de documentos fotográficos: análise de experiências de três instituições arquivísticas brasileiras no facebook. **Revista Ágora**, v. 31, n. 63, p. 1-22, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/162860>. Acesso em 17 nov. 2021.

NAKAGAWA, Jacqueline; FUJITA, Mariângela. O contexto da política de indexação em arquivo permanente: um estudo de observação participante da prática profissional de arquivistas. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 8, 2021. Disponível em: 10.24208/rebecin.v8i.265. Acesso em: 06 jan. 2022.

NOGUEIRA, Valeska Paulino; MARTINS, Gracy Kelli. O tratamento indexal de fotografias para composição da memória institucional. **Informação@Profissões**, v. 8, n. 2, p. 193-216, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/125724>. Acesso em: 06 jan. 2022.

PIETRO, Laila Figueiredo Di. Ocorrências típicas de fotografias relacionadas à violação dos direitos humanos das ditaduras militares latino-americanas. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 25, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2020.e67924>. Acesso em 30 nov. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-pdf>. Acesso em: 18 nov. 2021.

RIBEIRO, Fernanda Cândida Antunes. Indexação em arquivos: pressupostos teóricos gerais e especificidades. In: SOUSA, Francinete Fernandes de; SANTOS, Eliete Correia dos (Org.). **A**

linguagem e a informação documentária: intermediações e ressignificações possíveis. Recife: Bagaço, 2011. p. 31-59

RODRIGUES, Bruno César; CRIPPA, Giulia. Registro/documento: fotografia na obra de arte contemporânea. **Transinformação**, v. 30, n. 1, p. 15-26, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/117089>. Acesso em 06 jan. 2022.

RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. Análise e tematização da imagem fotográfica. **Revista Ciência da Informação**, v. 36, n. 3, p. 67-76, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/74385>. Acesso em 10 maio 2022.

RODRIGUES, Ricardo Crisafulli. **Análise e tematização da imagem fotográfica:** determinação, delimitação e direcionamento dos discursos da imagem fotográfica. 2011. 323 f.. Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Brasília, 2011. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_b71fe6b1e20dd0c3fcd7d5c02b98f975. acesso em 17 maio 2022.

SCHVEITZER, Vanessa Aline Souza. **Patrimônio documental fotográfico:** um panorama dos acervos arquivísticos de Santa Catarina. 2021. 142 f.. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://tede.ufsc.br/teses/PCIN0271-D.pdf>. Acesso em 16 nov. 2021.

SCHVEITZER, Vanessa Aline Souza; SILVA, Eva Cristina Leite; BRÄSCHER, Marisa. Representação/descrição de acervo fotográfico: um panorama de instituições arquivísticas catarinenses. **Informação & Informação**, v. 25, n. 2, p. 527-552, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/141845>. Acesso em: 05 jan. 2022.

VITAL, Luciane Paula; BRÄSCHER, Marisa. Descrição arquivística: uma discussão conceitual. **Informação & Informação**, v. 21, n. 1, p. 213-229, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/33839>. Acesso em: 19 jan. 2022.

ZANON, Wellington Rodrigo; SABBAG, Deise Maria Antônio. O instante decisivo de Henri Cartier Bresson e a indexação: um estudo exploratório de métodos de indexação de fotografias. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 693-714, 2017. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/39888>. Acesso em 10 maio 2022.